

• Constituinte

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Presidente do Banrisul prevê um prejuízo de CZ\$ 4,18 bilhões

por Inácio Barbosa Soares de Porto Alegre

A retirada da correção monetária sobre os débitos contraiados por micro e pequenos empresários e micro, pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado, nos termos propostos à Assembleia Nacional Constituinte pelo senador Mansueto de Labor (PMDB-PE), irá provocar um prejuízo não inferior a CZ\$ 4,18 bilhões ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), caso venha a ser aprovada. Isto corresponde a 22% de seu patrimônio líquido afetado no último balanço, de 31 do mês passado, disse ontem, em Porto Alegre, Ricardo Russowski.

"É algo incendiário que alguém vai ter que pagar", acrescentou. "Trata-se de tal irracionalidade que quem está propondo isto não analisou suas consequências. Por exemplo: como os bancos vão provisionar recursos para a cobertura deste prejuízo? A nova Constituição deverá estar concluída no segundo semestre e só será sancionada 180 dias depois de sua conclusão. Nós vamos ter de jogar este resultado negativo para o próximo exercício, como é que fica?"

Russowski, no entanto, não acredita que a retirada da correção vá ser aprovada. Ele pensa que as negociações terminarão por encontrar uma alternativa intermediária. A emenda proposta pelo deputado Afif Domingos (PL-SP), por exemplo, é, para ele, "menor pior", mas, ainda assim, "arbitrária". "No momento em que ela prevê

que somente serão beneficiados aqueles que efetivamente não puderem pagar a correção, como ficam os que já pagaram? Além do mais, falta-lhe objetividade", observou.

Para o diretor financeiro, da captação e investimentos do Banco Meridional do Brasil S.A., Lori Ferrazzo, "crédito é propriedade e revogá-lo significa confisco". Segundo ele, 80% dos prejuízos da retirada da correção monetária seriam sofridos pelos bancos oficiais, e a Constituinte, "ao aprovar tal decisão, estaria ratificando a incorporação destas perdas ao déficit público — vale dizer, à inflação. A própria União e toda a sociedade seriam as vítimas do confisco", acrescentou. Mas, como não acredita na aprovação da retirada, Ferrazzo não calculou os possíveis prejuízos que teria sua instituição com uma decisão destas.

CIERGS

"A Constituinte não precisa perdoar as dívidas de empresas", observou o presidente em exercício do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (CIERGS), Bolívar Baldisseroto Moura, após uma reunião da diretoria da entidade para analisar o assunto. Segundo ele, "há outras alternativas mais eficientes sem onerar a sociedade que podem ser determinadas em favor das empresas e agricultores endividados". E apontou como mais viável a concessão de refinanciamento das dívidas "com estipulação de carências adequadas e alongamento de prazos".

Agenda

SESSÃO DE ONTEM • Não houve votações. A sessão foi dedicada exclusivamente para homenagens ao senador Virgílio Távora, falecido dia 3, em São Paulo.

AS VOTAÇÕES DE HOJE • As próximas votações se referem às eleições municipais e mandatos dos prefeitos. Contudo, desde a última quinta-feira, quando foi decidida a duração do mandato do presidente José Sarney, não há quórum na Assembleia Constituinte para deliberação.

Diretor do Banco Econômico pede avaliação por setores

por Ivanir José Bortol de Brasília

O diretor de crédito rural do Banco Econômico, Petrólio Lerche Vieira, defende um tratamento diferenciado por cultura como alternativa à proposta de isenção de correção monetária sobre todas as operações de crédito agrícola apresentada pelo senador Mansueto de Labor, na Constituinte.

"Não há a menor razão para dar benefícios genéricos a todos os agricultores, sob pena de estarem sendo beneficiados produtores que não precisam de benefícios", disse a este jornal Petrólio Lerche Vieira.

Um estudo divulgado ontem pelo diretor de crédito rural do Banco Econômico (ex-diretor da Companhia de Financiamento da Produção) indica que a variação dos preços recebidos pelos agricultores durante os meses de março a maio de 1987, contra a variação da inflação, que foi de 424%. Os produtos de origem vegetal apresentaram em média uma variação bem superior, atingindo cerca de 530%. Apenas os produtos de origem animal, com 379,6%, foram os que apresentaram um desempenho inferior à variação da inflação.

Vieira constatou que, para a maioria dos produtos agrícolas entre 1º de março de 1987 a 30 de abril de 1988,

VARIACÃO DE PREÇOS AGROPECUÁRIOS (de mar./87 a abr./88)

PRODUTO	EM %	PRODUTO	EM %
Algodão	590,4	Pimenta	417,0
Amendoim	534,8	Sisal	462,3
Arroz	480,8	Uva	107,3
Banana	414,5		
Batata	165,5	PECUÁRIA	
Cacau	450,5	Bezerro	176,7
Café	210,4	Burro	157,3
Cana	357,0	Boi gordo	275,7
Feijão	490,6	Vaca L.	158,9
Fumo	599,5	Suíno	390,8
Laranja	1.069,2	Frango	372,8
Milho	527,3	Leite	443,1
Mandioca	719,6	Lã	625,3
Soja	858,4	Ovos	413,5
Tomate	331,8	Mel	422,4
Trigo	293,1	Boi Mag.	196,5
Caju	125,7		
Cebola	931,8	MÉDIA POR SETORES	
Coco	425,6	Lavoura	530,9
Juta	289,1		
Malva	251,0	PREÇOS MÍNIMOS	622,8
Mamona	780,4	Demais Lavouras	410,4
		P. Animal	379,6
		Agropecuária	477,3
		Inflação (FGV)	424,0

Fonte: FGV, dados compilados pelo Banco Econômico.

pesquisados junto ao produtor pela Fundação Getúlio Vargas, houve uma variação favorável ao agricultor acima da inflação. O algodão apresentou uma valorização de 590%; soja, 858%; laranja, 1.069%; mamona, 780%; milho, 527%; ou seja, para a maioria dos produtos agrícolas com maior peso de produção e amparados pela política de preços mínimos do governo houve uma variação de 622% no período. Produtos como soja, arroz, milho e mandioca representam

mais de 80% do volume de grãos do País.

As culturas com desempenho negativo, inferior à variação da inflação, ficaram restrito ao café, uva, tomate, batata, coco e banana. No setor de produtos animais é que a situação pode ser vista com maior preocupação: boi, frango, suíno e bezerras apresentaram variações negativas, conforme mostra a tabela.

"O tratamento que pode ser dispensado aos produtores destas culturas seria um rebate sobre o saldo de-

vedor, como é feito normalmente pelo governo", diz Vieira.

A aplicação de subsídios generalizados a todos os produtores provocaria um desempenho de US\$ 7,5 milhões, segundo uma fonte do governo. Os bancos oficiais teriam de arcar com cerca de 80% destes recursos, uma vez que são os principais financiadores e o restante das instituições privadas teriam de contabilizar como prejuízos os outros 20%.

Este sacrifício com recursos da União não teria ainda justificativa palpável, devido à própria situação de crédito rural criada com o Plano Cruzado. Os produtores rurais tiveram suas taxas de juros, entre 28 de fevereiro de 1986 a fevereiro de 1987, isentas de toda a correção monetária para os financiamentos de custeio e investimento. Incidia sobre os contratos apenas uma taxa de 10% ao ano. Estiveram ainda isentos de correção monetária os investimentos dos produtores que optaram pela Resolução nº 1.352 até 30 de julho, na região Centro-Sul, e 31 de dezembro, para o Nordeste. Na prática, os agricultores da região Centro-Sul pagaram por recursos tomados em 1986, até 30 de abril de 1988, 206,49%, e os agricultores do Nordeste, apenas 81,98%, no mesmo período, segundo o diretor do Banco Econômico.

Governo estuda decreto para anistiar débitos, diz José Lourenço

por Ascânio Seleme de Brasília

O governo já está estudando a possibilidade de editar um decreto-lei concedendo anistia seletiva para as correções monetárias de empréstimos contraiados durante a vigência do Plano Cruzado. A informação foi dada ontem a este jornal pelo líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA).

A hipótese levantada pelo deputado Lourenço surgiu depois da constatação de que a sua proposta de limitar em CZ\$ 100 bilhões os benefícios das emendas foi rejeitada pelos autores dos projetos. O líder do PFL disse que, "se não houver acordo, o governo tem que tomar a iniciativa". Para o deputado baiano, "o governo não tem que aceitar este desafio".

O deputado Afif Domingos (PL-SP), autor de um projeto de fusão das emendas apresentadas, concordou com o líder José Lourenço. Afif pensa que "a Constituinte não tem mecanismos para regulamentar a matéria". Para ele, a decisão final deveria caber ao Conselho Monetário Nacional (CMN). O deputado entende que o governo "deveria antecipar-se à Assembleia Constituinte, já que esta não é matéria para este plenário, mas sim para o CMN".

O senador Mansueto de Labor (PMDB-PE), autor de uma das emendas em discussão, não aceita qualquer medida de força contra a fusão que está produzindo com os deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido — MG). O senador também reage contra a proposta do deputado Afif Domingos de levar a decisão final ao CMN. "A proposta nasceu na Assembleia Nacional Constituinte e aqui ela deverá ser defendida e decidida", estabeleceu o senador.

Para Mansueto de Labor, permitir que o Banco Cen-

tral (BC) ou CMN decida a quem conceder a anistia da correção seria retirar a soberania da Constituinte. Outra proposta do deputado Afif Domingos foi bem aceita pelo senador. No esboço de fusão apresentado pelo deputado paulista, fica estabelecido que nenhum constituinte pode gozar dos benefícios concedidos pela matéria. Mansueto entende que, neste caso, os constituintes também não devem beneficiar-se das licenças, maternidade e paternidade.

PROPOSTA DO CEBRAE

O ex-deputado Paulo Lustosa, presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), procurou ontem o senador Mansueto de Labor para apresentar a proposta da entidade para a superação do impasse atual agora configurado. A ideia do Cebrae seria de congelar a correção monetária dos pequenos devedores do Plano Cruzado e parcelar em seguida os pagamentos em até doze meses. Lavor recebeu formalmente a proposta, mas adiantou que também não haverá acordo. "A proposta é muito tímida e se baseia na imediata recuperação da economia, quando prevê uma nova política para o setor", concluiu o senador.

Enquanto as negociações caminhavam lentamente no Congresso Nacional, o presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Bornhausen, fazia uma visita ao líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas. "O Bornhausen veio fazer o que todo o Brasil está fazendo", disse o senador. "Ele veio defender os interesses da comunidade que representa", enfatizou. Bornhausen não pressionou Covas. Em dez minutos de reunião, apenas apresentou a preocupação do setor com relação às emendas que anistiam a correção monetária e que fixam os juros em 12% ao ano.

Sem perdão, diz Calmon de Sá

por Mariângela Hamu de Brasília

O ex-ministro Angelo Calmon de Sá, presidente do grupo Econômico, vai sugerir hoje que o governo patrocine "algum tipo de iniciativa" que impeça a anistia não apenas aos pequenos e médios empresários que contraiam empréstimos durante o Plano Cruzado — como quer a Constituinte — mas também aos produtores rurais que contraiaram financia-

mentos nos últimos vinte anos.

Esses mutuários do crédito rural — cerca de 2 milhões — estão recorrendo à Justiça comum para provar que a correção monetária cobrada pelos bancos nos contratos de crédito rural é ilegal por força do Decreto-lei nº 70, aprovado pelo Congresso Nacional em novembro de 1966. Eles são liderados pelo ex-diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil e inventor da "cédula rural", Antônio

Ferreira Alves da Silva, que hoje é dirigente da UDR em Brasília.

O ex-ministro Calmon de Sá acredita que o caso dos mutuários do crédito rural é ainda mais grave do que o dos micro e pequenos empresários que contraiam empréstimos durante o Plano Cruzado: e podem ser beneficiados por uma decisão da Constituinte. Além de serem mais numerosos, esses 2 milhões de mutuários não serão alcançados pelos esforços que o governo vem fazendo junto à Constituinte para, pelo menos, reduzir a amplitude do "perdão" que poderá ser concedido aos que contraiam financiamentos depois de fevereiro de 1986.

"Isso é uma completa loucura. Eu concordo com o meu amigo Mário Henrique Simonsen. Ele disse, num artigo recente, que isso é a melhor maneira de excluir de vez os pequenos e médios empresários e produtores dos créditos bancários. Afinal, ninguém quer correr o risco do calote", afirmou Calmon de Sá, ao desembarcar ontem em Brasília.

Ele acredita que, com essas iniciativas, os mutuários podem até deixar de pagar o que devem, mas que "só receberão o que pagaram depois de corridos todos os prazos e trâmites legais". "Alguém vai ter de pagar essa conta e a Nação não pode continuar pagando uma fábula dessas para beneficiar apenas uma pequena parcela da população", disse Calmon de Sá.

"Já pensou se, de repente, os banqueiros se mobilizassem e conseguissem uma lei que proibisse o pagamento dos juros e da correção monetária para as cadernetas de poupança? Algum poupador devolveria o dinheiro?", indaga o presidente do grupo Econômico.

Alvares da Silva estudou, durante noventa dias, todas as leis sobre o assunto e descobriu, entre elas, até uma carta-circular do Banco Central (BC), de 8 de setembro de 1986, em que o chefe do Departamento de Crédito Rural, Geraldo Martins Teixeira,



Angelo Calmon de Sá

dirigindo-se às instituições financeiras do Sistema de Crédito Rural, afirma: "Tendo em vista a extinção da correção monetária no crédito rural, tornando desnecessário o critério de se estabelecer o valor de cada prestação..."

"Eu não tenho qualquer dúvida de que a correção monetária foi ilegalmente cobrada dos produtores rurais todos esses anos", afirma Alvares da Silva, que já encaminhou um estudo completo ao presidente do BC, Elmo de Araújo Camões, e outro ao ministro da Agricultura, Iris Resende, dos quais afirma ter recebido o compromisso de uma leitura atenta.

Alvares da Silva, que também já foi diretor de crédito rural do Banco de Brasília e presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, tem recebido uma média de trinta telefonemas e telegramas diários desde que anunciou a primeira vitória de um produtor rural mineiro, beneficiado pela lei com a isenção da correção monetária.

Ele discorda do ex-ministro Calmon de Sá e afirma: "Setecentos banqueiros são, hoje, 14% do PIB brasileiro. Esses 2 milhões de mutuários devem cerca de US\$ 9 bilhões". E informa, ainda, que a crise não foi mais grave na época do Plano Cruzado. "A diferença é que os investimentos aumentaram muito naquele período, dando a impressão de que os problemas foram maiores. Os produtores rurais brasileiros estão sofrendo há muito mais tempo", afirmou.

Banqueiro crê em solução

por Maria Clara R.M. do Prado de Brasília

O presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), Antônio de Pádua Rocha Diniz, considera um passo importante na busca de uma solução negociada a iniciativa do ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, de criar uma comissão composta por técnicos do governo e pelos três autores das emendas que propõem o abatimento da dívida contraiada por pequenos e médios empresários e por agricultores. "O problema é fundamentalmente do governo, mas deve ser atacado globalmente, no interesse de todos". Rocha Diniz pretende voltar a Brasília, na semana que vem, para acompanhar de perto as gestões no sentido de contornar a disposição dos constituintes que estão com três emendas nas Disposições Tran-

sitorias, todas elas prevenindo benefícios para tomadores de crédito e que, nas contas do governo, redundariam em prejuízo calculado em US\$ 10 bilhões.

O presidente da Febraban faz críticas à posição dos constituintes: "Eles foram beneficiados com o cruzado porque se elegeram na fantasia do plano e agora querem também tirar proveito do fracasso do Cruzado". O presidente da Federação Nacional das Instituições Financeiras, Roberto Konder Bornhausen, foi destacado pelas instituições para coordenar o trabalho de acompanhamento junto à Constituinte.

Rocha Diniz explicou ontem a este jornal que não detinha informações concretas sobre o movimento de devedores que estariam suspendendo o pagamento de seus compromissos, na expectativa da decisão da Constituinte.

Costa Couto espera uma solução "viável"

por Elaine Lerner de Brasília

O ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, advertiu, ontem, que as conclusões das negociações para retirada da correção monetária sobre os débitos contraiados por micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado devem ser "viáveis". Para o ministro, não "adianta partirmos para soluções utópicas, pois sempre que partimos para a utopia, a conta recai sobre o povo". Temos de lembrar que todos os recursos que o governo dispõe são recursos que provêm dos contribuintes". Costa Couto defende, também, que a solução deverá se concentrar "em viabilizar as empresas viáveis, as outras não há como fazer".

O presidente do PMDB e, até ontem, presidente interno da República, Ulysses Guimarães (o presidente José Sarney retornou dos Estados Unidos nessa manhã).

ORDEM ECONÔMICA

Líder do PDT vai ao STF contra decisão de Ulysses

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

O líder do PDT na Constituinte, deputado Brandão Monteiro, impetrou ontem junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) mandado de segurança contra o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Na ação, Brandão Monteiro alega que Ulysses Guimarães se omitiu ilegalmente ao não atender sua questão de ordem para verificar se eram verdadeiras as assinaturas de constituintes constantes de um requerimento para votação em separado referente à

reforma agrária. Ulysses decidiu que, mesmo que algumas assinaturas fossem falsas, o requerimento não estaria invalidado, pois contava com o número mínimo de assinaturas exigido para sua apreciação pela Assembleia Constituinte. Diante dessa decisão, Brandão Monteiro requereu a apreciação da questão pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, recurso também indeferido pelo presidente da Constituinte. Após receber o mandado de segurança, o STF deverá notificar Ulysses Guimarães para respondê-lo.

"Lobista" não conta com mudanças no 2º turno

O assessor jurídico da Associação Nacional do Comércio, Gastão Alves de Toledo, indicado como um dos principais "lobistas" dos empresários junto à Constituinte, não vê possibilidade de grandes modificações no segundo turno de votação da Assembleia.

Segundo a Agência Globo, Gastão Toledo explicou que o empresariado não concorda com as medidas já aprovadas que representam acréscimo nos preços

dos produtos. Por isso, segundo ele, será muito importante que os empresários acompanhem o segundo turno referente a toda legislação da Ordem Econômica, da Previdência Social, Tecnologia e Direitos dos Trabalhadores.

Na área do direito dos trabalhadores, acha ele que a maior parte das medidas aprovadas será mantida. Prevê apenas alguma pequena mudança no direito de greve.